

Bracher inicia rodada de conversações com os credores nos EUA

por Paulo Sotero
de Washington

Com uma reunião, no final da tarde de ontem, com o presidente do Banco Mundial, Barber Conable, o presidente do Banco Central do Brasil, Fernão Bracher, iniciou em Washington uma série de contatos com credores oficiais e privados, que devem prosseguir, na quinta-feira, em Nova York, com o objetivo de definir como o País financiará os US\$ 3 bilhões a US\$ 4 bilhões de recursos externos de que necessitará neste ano. Hoje, Bracher encontra-se com o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Jacques de Larosière, que deixa o cargo nesta semana, com o presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos), Paul Volcker, e com o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Antonio Ortiz Mena.

Dependendo do resultado dos contatos que terá com os banqueiros, em Nova York, é possível que Bracher retorne a Washington, na sexta-feira, para novas conversas, no Fed e também no Departamento do Tesouro.

Segundo uma categorizada fonte do governo brasileiro, além de dar ao governo uma visão mais precisa sobre as possíveis fontes de novos recursos, a visita do presidente do Banco Central (BC) aos EUA deverá produzir informações importantes — essencialmente, as condições dos novos empréstimos — que influenciarão os rumos da política econômica do governo Sarney, na era pós-Cruzado, cujo debate foi oficialmente iniciado ontem, na reunião do conselho de política econômica do governo.

CLUBE DE PARIS

Outro objetivo mais imediato da visita — disse a fonte oficial — é garantir o esquema básico acertado no mês passado para a renegociação com o Clube de Paris — sem a participação formal do Fundo Monetário Internacional (FMI) — e procurar, ao mesmo tempo, ampliar o escopo do reescalonamento da dívida oficial, de forma a nele incluir, também, os pagamentos a vencer em 1987. Segundo afirmação feita pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro, em dezembro, o Brasil gastaria pelo menos US\$ 800 milhões neste ano com o pagamento dos compromissos da dívida oficial. O governo apresentará sua proposta de renegociação na próxima segunda-feira.

De acordo com fontes financeiras e um funcionário do governo americano, a decisão de isentar o Brasil da exigência habitual de um programa com o FMI baseava-se, em boa parte, na premissa de que o País pediria o reescalonamento da dívida oficial já vencida.

“Meu roteiro aqui em Washington é visitar as principais agências internacionais e também visitar os principais órgãos do governo americano que estão co-relacionados com os nossos interesses financeiros”, afirmou Bracher. Ele disse que acredita na possibilidade de o País obter os novos empréstimos, mas indicou que isso não será nem simples nem rápido. “Esta é uma conversa que demora tempo, pois a gente precisa conversar para ver a forma, quem é que vai ter interesse em nos fornecer os fundos, sob que forma terá interesse, se (fará isso) conjugado com projetos ou sem projetos. Há diversas maneiras de se fazer esse planejamento.” Saliendo o caráter exploratório da visita, Bracher indicou que as reuniões que terá nesta semana “não resultarão no dinheiro novo. (O dinheiro novo) resultará de reuniões que tivemos no passado e teremos no futuro. Isso é um processo.”

O presidente do Banco Central, que almoçou num restaurante próximo do prédio do FMI, disse, em tom de brincadeira, que, além de fazer uma “visita de cortesia a de Larosière”, pretendia, do Fundo, usar apenas o túnel subterrâneo de ligação com o Banco Mundial, sob a Rua 19, para ir a seu encontro, no final da tarde, com Conable. Perguntado sobre as chances de o País vir a fazer um acordo com o FMI, ele respondeu que “não há necessidade disso, pois ele tem todas as informações e está acompanhando todo o nosso trabalho, como acompanha o de todos os países-membros”.

EMPRÉSTIMOS

VOLUNTÁRIOS

Tudo indica, porém, que, se apresentar um pedido de empréstimo involuntário aos bancos, o governo terá de fazer face à exigência politicamente inviável de



Fernão Bracher

um acordo formal com o FMI. Cientes disso, as autoridades econômicas brasileiras parecem ter decidido explorar, inicialmente, a hipótese de obter a maior parte dos fundos de que o País necessitará das instituições multilaterais e agências oficiais, reservando a participação dos bancos para operações de crédito voluntário, como o co-financiamento com o Banco Mundial, a emissão de bônus e “revolving underwriting facilities”, novas e complexas operações que permitem a emissão e renovação de papéis de curto prazo sob o amparo de outras emissões, de médio prazo.

Não é por acaso que Bracher iniciou seus contatos em Washington pelo presidente do Banco Mundial (BIRD), a instituição que é, hoje, a principal, se não única, fonte de recursos externos líquidos para o País. Os resultados de sua viagem a Washington parecem depender, em boa parte, da disposição do BIRD de aumentar de forma substancial a transferência de recursos líquidos para o Brasil. No ano passado, essas transferências ficaram um pouco acima de US\$ 500 milhões. “Se elas pudessem chegar perto de US\$ 1,5 bilhão, boa parte do problema ficaria resolvido”, disse a este jornal um alto representante do governo.

Teoricamente, podem, já vem trabalhando há tempos com hipóteses de aumentar o volume anual de empréstimos aprovados para o Brasil dos atuais US\$ 1,5 bilhão para a casa dos US\$ 2 bilhões e até US\$ 2,5 bilhões. “O problema é que esses planos estavam ligados a uma certa performance econômica do Brasil. E o fracasso do Plano Cruzado e a falta de rumos que existe no momento não estimula conversas nesse sentido. Ninguém sabe para onde a economia está indo. Nesse clima, está tudo parado”, disse uma fonte do BIRD. Se aos estudos sobre novos empréstimos para o Brasil. Esse mesmo tipo de raciocínio obviamente também afeta os cálculos do BID e do Eximbank americano, que, teoricamente, poderiam contribuir no esforço brasileiro de captar dinheiro novo primordialmente de fontes oficiais.

As incertezas sobre os rumos da economia brasileira levaram o BIRD a despachar o chefe de sua divisão brasileira, Roberto Gonzalez Cofino, para Brasília, no último fim de semana. Antes de iniciar as visitas, Bracher reuniu-se ontem pela manhã com os diretores executivos do Brasil do BIRD, Pedro Malan; do FMI, Alexandre Kafka; e do BID, Luís Barbosa, e com o advogado William Rogers, o assessor jurídico e conselheiro do Banco Central nos EUA para questões relacionadas com a dívida externa.

JUROS E INFLAÇÃO

Referindo-se ao salto dos juros da semana passada, ele afirmou que “a mudança brusca das taxas de juro se deve ainda a uma certa incerteza do mercado financeiro no que concerne às expectativas inflacionárias. Na medida em que forem percebidos quais são os reais níveis de inflação e seus reais patamares, é provável então que não venhamos a assistir a essas bruscas elevações.

Sobre a taxa de inflação, o presidente do BC disse que ela “vai cair. Agora, quanto, nós vamos ver ao longo do tempo”. O que se vislumbra é uma tarefa difícil de reajustamento de preços que deve ser feita de maneira tal a não se espalhar por toda a economia, de forma que é uma coisa que necessita da cooperação de cada um dos agentes econômicos”.